

AGRICULTURA FAMILIAR, ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NO MUNICÍPIO DE ITANHAÉM/SP

Thaís Maria Muraro Silva – Prefeitura de Itanhaém; Thiago de Oliveira Costa – Prefeitura de Itanhaém; Paulo Roberto Pantel – Prefeitura de Itanhaém; Newton José Rodrigues da Silva – Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável.
thais.muraro@uol.com.br; ca.itanhaem@cdrs.sp.gov.br; paulo.pantel@outlook.com;
rodrigues.newton@gmail.com

Resumo

O objetivo do presente artigo é apontar os fatores determinantes pela emergência da economia solidária, fortalecimento da agricultura familiar e segurança alimentar para segmentos em situação de vulnerabilidade, considerando as relações entre as políticas públicas e a organização dos agricultores no município de Itanhaém/SP. Foram feitas entrevistas semiestruturadas com atores-chave, investigação documental e análise fundamentada na sociologia da inovação. Realizou-se uma abordagem histórica da evolução da agricultura entre o seu início em 1927 e o ano de finalização da pesquisa, 2021, considerando quatro diferentes períodos, de acordo com as especificidades das dinâmicas de cada um, com a identificação dos eventos que promoveram as mudanças: 1927 a 1960; 1961 a 1980; 1981 a 2004 e 2005 a 2021. O último período concentra os fatores determinantes, como: convênio entre prefeitura e Secretaria Estadual de Agricultura, Projeto Microbacias I, criação da associação de agricultores, implantação de banco de alimentos, Projeto Microbacias II, Programas de Aquisição de Alimentos e o de Alimentação Escolar, feira do produtor, formação de extensionistas e agricultores para a economia solidária, Organismo de Controle Social. Houve diferentes traduções para a construção das redes sociotécnicas que viabilizaram os projetos ao longo do tempo, comumente tendo extensionistas e agricultores como tradutores. A interação entre políticas públicas dos governos federal, estadual e municipal e organização dos produtores viabilizaram iniciativas econômicas solidárias representadas por circuitos curtos de produção e comercialização. Houve consolidação da solidariedade em forma de reciprocidade entre os agricultores familiares e destes com consumidores e agentes governamentais. Os serviços de extensão rural do município são voltados para o fortalecimento da economia solidária e foi reconhecido como o terceiro melhor de São

Paulo pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento em 2019. Como resultados, há maior diversificação da produção, aumento da área da plantada, atendimento regular com alimentos produzidos no local de famílias em situação de vulnerabilidade, melhoria da alimentação escolar, acesso pelos consumidores a produtos de boa qualidade comercializados diretamente pelos produtores, aumento da renda dos agricultores familiares, maior aprendizagem mútua e valorização do trabalho das agricultoras familiares que conquistaram selo de identificação de seus produtos emitido pelo governo federal.

1. Introdução

O presente artigo apresenta o processo de emergência da economia solidária no município de Itanhaém/SP no período compreendido entre 2005 e 2021. No entanto, faz-se uma abordagem histórica da evolução da atividade agrícola desde o seu início, em 1927, com a implantação da bananicultura. Foram identificados quatro períodos distintos na trajetória da prática da agricultura que se caracterizam pelas técnicas de produção adotadas, comercialização e ações governamentais.

Partiu-se da hipótese de que políticas, programas e projetos públicos em interação com a sociedade organizada em redes sociotécnicas heterogêneas, são um fator determinante para a construção de inovações organizacionais como a economia solidária.

Foi utilizada a sociologia da inovação para analisar os programas e projetos implementados no último período. Esse referencial possibilita tirar ensinamentos para a compreensão dos fatores que agem isoladamente ou em interação e são responsáveis pelos resultados alcançados.

2. Caracterização do município de Itanhaém

Itanhaém se localiza no litoral sul do estado de São Paulo, a 111 km da capital. Integra a Região Metropolitana da Baixada Santista com outros oito municípios. A referida região tem população total de 2.048.654 habitantes e o município de Itanhaém 100.496, sendo 103.370 na área urbana e 981 na área rural (IBGE, 2021). A Figura 1 representa a localização do município, que se situa na Latitude: 24° 11' 08'' e Longitude: 46° 47' 15''.

Figura 1. Localização do Município de Itanhaém no Mapa do Estado de São Paulo



Fonte: Prefeitura de Itanhaém (2012)

As principais atividades econômicas de Itanhaém são comércio e serviços, que respondem por 62,55% dos empregos formais. Já a agropecuária é responsável por 1,72%. Em 2019, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 2,3 salários mínimos (IBGE, 2021). O município tem 96 Unidades de Produção Agropecuária (UPA), que são propriedades que cultivam no mínimo 0,1ha. Existem 26 UPAs com até 20ha, 28 entre 20ha e 50ha, 12 com áreas de 50ha a 100ha, 8 entre 100 e 200ha e 16 de 200ha a 500ha e 2 entre 1.000ha e 2.000ha (São Paulo, 2021). A bananicultura é a atividade mais presente, sendo praticada em 58 UPAs. No entanto, destacam-se também o cultivo da pupunheira e de olerícolas. Segundo (Pantel, 2021)¹, há 68 agricultores que receberam a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP).

3. Metodologia

3.1. Coleta de dados

A coleta de dados foi feita por meio de consulta a documentos oficiais e matérias jornalísticas, entrevistas semiestruturadas (Lüdke e André, 2013) com doze pessoas-chave, sendo seis agricultores familiares, duas agricultoras, dois indígenas e dois extensionistas. Os integrantes da amostra foram escolhidos considerando o tempo de participação nas atividades agrícolas no município e no conjunto de projetos governamentais implantados para fortalecer a agricultura familiar e garantir segurança alimentar que são considerados no presente estudo. O número de respondentes foi considerado suficiente quando as informações passaram a se repetir.

3.2. Análise dos dados pela sociologia da tradução

¹¹ Paulo Pantel. Extensionista da Prefeitura de Itanhaém. /Comunicação pessoal, 01/09/2021.

A análise foi realizada com fundamentação no referencial teórico denominado sociologia da tradução, também conhecido como sociologia da inovação ou, ainda, teoria do ator-rede (Callon, 1986; Latour, 2000; Amblard, et al. 1996; Silva, 2008).

A sociologia da tradução tem origem em estudos concernentes às condições de produção da ciência e da tecnologia. Esse referencial passou a ser utilizado, também, nos processos de inovações das empresas e organizações. Pode ser aplicado para se conhecer os fatores de sucesso ou insucesso de determinado projeto que foi implantado, assim como para a sua construção, ou seja, em uma perspectiva de presente e futuro.

A sociologia da inovação apresenta meios que possibilitam a diferentes atores trabalharem juntos, em cooperação, mesmo que tenham interesses diversos. Trata-se de uma resposta ao problema da falta de cooperação necessária para a viabilização de projetos que comumente existe nos territórios. Para compreensão da sociologia da inovação é incontornável o conhecimento de suas ideias centrais, como apontam Amblard et al. (2005):

- Uma inovação não se impõe pelas suas qualidades próprias, mas é o processo que determina a sua emergência, o seu sucesso e/ou fracasso.

- Os resultados nos interessam, mas principalmente a rede de atores que será construída e as relações/ligações entre esses atores.

- Não se trata de definir um projeto e convencer pessoas, mas construir em torno de uma ideia uma rede de alianças.

Além das ideias centrais, os mesmos autores apontam quatro conceitos-chave que devem ser assimilados para a aplicação deste referencial: rede sociotécnica, tradução, controvérsia e fato e rede.

- Rede sociotécnica: é uma organização integrada pelas entidades humanas e não humanas, individuais ou coletivas, definidas por seus papéis, suas identidades e programas, colocadas em intermediação uns com os outros.

- Tradução: Significa tornar inteligível para o ator que tem uma lógica de ação A, um enunciado não inteligível produzido por outro ator que adota uma lógica de ação B.

- Controvérsia: Controvérsia pode ser definida como o debate, a polêmica que tem por objeto os fatos científicos ou técnicos que não estão ainda estabilizados. As controvérsias podem ser estabelecidas entre cientistas, entre governos ou entre ONGS ambientais e responsáveis por atividades que impactam o ambiente. Para os sociólogos da inovação, as controvérsias sempre precedem a emergência das inovações.

- Fato e Rede: O fato, ou seja, o projeto, se viabiliza pela rede que o porta e essa somente existe devido ao próprio fato em torno do qual ela se forma. O sucesso ou o fracasso de uma inovação não podem ser compreendidos a partir de suas qualidades intrínsecas. É o processo que ela foi objeto que permite compreender como foi adotada e que é a razão da sua emergência, que lhe dá ou não estabilidade.

Para Beuret (2006), o perfil do tradutor é de fundamental importância para que as alianças entre diferentes atores sejam realizadas. Para o autor, de forma geral, o tradutor deve saber construir um clima de cooperação entre os atores sociais, ter capacidade de ouvir, favorecer as proximidades e estabelecer parcerias, dialogar com integrantes do poder público e ter criatividade, formação técnica e engajamento pessoal.

Amblard et al (2005) observam que para análise ou construção dessas redes deve-se considerar dez etapas. São elas: análise do contexto, problematização, ponto de passagem obrigatório, porta-vozes, investimento de forma, intermediários, mobilização, ampliação da rede, vigilância e transparência. A tradução se inicia com a contextualização que, nesse caso, é a compreensão dos atores implicados no processo, o interesse de cada um e o nível de convergência entre eles. A etapa seguinte é a da problematização, quando o papel do tradutor se destaca operando a ligação entre os atores do contexto em torno de uma questão geral, iniciando os seus deslocamentos no sentido da convergência, fazendo passá-los por um ponto de passagem obrigatório, que pode ser um enunciado, uma instituição ou um lugar. Após as etapas descritas, o quadro entre as entidades é de cooperação. Considerando a rede o produto de uma negociação, cada entidade humana ou não humana tem o seu porta-voz nas discussões. Porém, dependendo do tamanho da rede, o ator-tradutor trata de reduzir o número de representantes para que haja maior homogeneidade e controle

A rede é cimentada pelos intermediários, que significa tudo o que circula entre as entidades envolvidas, que as coloca em relação, podendo ser informações contidas em papéis, dinheiro e outros seres humanos com as suas competências. A cooperação entre os atores está estabelecida, a ligação dos porta-vozes está feita. Agora, os atores serão alistados e mobilizados, tendo um sentido, um papel ativo definido para fazer a rede sociotécnica funcionar. A expansão da rede é fundamental para a sua estabilidade e irreversibilidade, que ocorre no sentido do seu centro em direção à periferia, agregando novos atores que lhe darão mais solidez e viabilização do fato. A estabilidade da rede depende, também, da sua vigilância. É necessário que esta seja feita em diferentes aspectos para que não haja o enfraquecimento da rede, que pode ser causado por um problema

externo, como o surgimento de uma doença que provoque grandes perdas aos agricultores, por exemplo. A vigilância deve ser feita da mesma forma sobre o comportamento dos atores da rede, para que não haja traição, causada principalmente por atores que mudam de papel no decorrer do tempo e passam a perseguir objetivos de caráter pessoal, caracterizados pelo individualismo e o personalismo. Portanto, a transparência deve ser constante em todo o processo de construção da rede para que não gere dúvidas. A confiança entre os atores está fundamentada nas suas ações. A existência da mínima manipulação pode condenar a tradução e sepultar a rede.

3. Resultados

Realizou-se uma abordagem histórica da evolução da agricultura no município de Itanhaém entre o seu início em 1927 e o ano de finalização da pesquisa, 2021, considerando quatro diferentes períodos, de acordo com as especificidades das dinâmicas de cada um, com a identificação dos eventos que promoveram as mudanças: 1927 a 1960; 1961 a 1980; 1981 a 2004 e 2005 a 2021. A análise para apontar os fatores determinantes pela emergência da economia solidária, fortalecimento da agricultura familiar e segurança alimentar para segmentos em situação de vulnerabilidade, considerando as relações entre as políticas públicas e a organização dos agricultores no município de Itanhaém/SP, está concentrada no último período, quando ocorreram ações, fundamentalmente de natureza governamental.

3.1. A implantação da bananicultura – 1927 a 1960

Esse período se caracteriza pela implantação da bananicultura em Itanhaém e comercialização com uma logística que exigia sacrifícios.

Silva (2008) relata que o cultivo da banana começou em 1870 nos seguintes municípios da Baixada Santista: Santos, Cubatão, Guarujá e São Vicente. Essa iniciativa estava associada à oportunidade criada pela existência do porto de Santos, que não só demandava alimentos para os tripulantes dos navios, como representava uma oportunidade para exportação.

Caldas (2011) afirma que no início da década de 20, as áreas de produção próximas ao município de Santos não tinham mais condição de expansão. O aumento da movimentação no porto de Santos, inclusive com a exportações de outros produtos importantes, como o café, que teve a sua primeira exportação em 1732, acarretavam também um crescimento urbano na área do entorno. Inicia-se, então, a procura por novas áreas e há exploração pelo

rio Itanhaém da microbacia do rio Branco, escolhida como área de expansão para novos cultivos de banana. Em meados da década de 20 iniciam os primeiros cultivos. Para facilitar o escoamento da produção uma teia de linhas de trolley foram instaladas no interior das fazendas. Vasquez (2021)² explica que, posteriormente, a produção era transportada das propriedades pelo rio por chatas puxadas por lanchas a motor até o porto do Baixio, também localizado em Itanhaém. Neste local, era transferida para chatões e trens para ser escoada pelo mar e via linha férrea, respectivamente, até Santos, onde se dava a comercialização para exportação. Os chatões carregados de bananas eram rebocados até Santos numa viagem que levava até 12 horas.

3.2. Rodovia Padre Manoel da Nóbrega e o Difusionismo produtivista (1961 a 1980)

Esse período se caracteriza por uma intensa dinâmica da bananicultura com difusão de tecnologia que objetivava o aumento da produção e expansão da comercialização.

Em 1961, há a inauguração da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, que melhorou a ligação de Itanhaém a Santos. Assim, criou-se uma outra possibilidade de transporte de cargas, inclusive de banana para porto. A movimentação de caminhões em Itanhaém era intensa, mas a banana ainda descia o Rio Branco em chatas puxadas por barcos até o portinho do Baixio e a carga transferida para os veículos (Caldas, 2011).

A construção da estrada e as suas consequências sobre a comercialização coincidiam com o período denominado Revolução Verde, com a adoção de técnicas que valorizavam a utilização de adubos químicos e agrotóxicos. Assim, aumentava-se a produção e a exportação, mas também os custos de produção. O combate ao Mal de Sigatoka Amarela com as pulverizações aéreas de óleo, as adubações e as práticas pós-colheita que poderiam garantir produtividades altas e melhor qualidade dos frutos, só eram possíveis aos produtores que tinham capital próprio ou financiamento, o que era feito também por meio de linhas de crédito oficiais. A assistência técnica era feita, principalmente, por extensionistas da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo por meio de práticas difusionistas. Havia, também, fiscais que avaliavam a qualidade da banana que era exportada. Porém, os pequenos produtores ficavam impedidos do acesso aos recursos financeiros disponibilizados para a doção das técnicas difundidas devido, principalmente, às garantias impostas pelas exigências bancárias. Os meios de produção não eram limitados à terra, mas havia necessidade de se ter galpões e todos os

² Odil Vasquez. Produtor rural de Itanhaém. Entrevista realizada em 10/03/2021.

equipamentos e veículos necessários à comercialização. O pacote tecnológico não se militava à produção (Silva, 2008).

Vasquez (2021)³ afirma que as grandes fazendas de Itanhaém, como Moura Vasquez e Banáurea, chegavam a empregar cerca de 1.500 funcionários cada uma. Havia outras que se destacavam quanto à produção e número de trabalhadores empregados, como: Hugo Slivack, Manuel Bernardo, Wady Dias Bechir, Família Canoilas, Jatobatuba, Barigui e Vergara. Em 1963, foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itanhaém com o objetivo de fazer cumprir as leis trabalhistas.

3.3. A Estagnação da Bananicultura (1981 a 2004)

Esse período se caracteriza pela drástica redução da exportação da banana para a Argentina e desestruturação da cadeia da bananicultura como existia. Esse fato está associado a três fatores. Os caminhões que partiam de Santos com banana retornavam transportando a maçã daquele país para o Brasil. Essa operação deixou de ser realizada com o aumento da produção da maçã em Santa Catarina, que passou a suprir o mercado interno. Outro fator apontado foi a perda de competitividade da banana brasileira no exterior foi a qualidade e preço da fruta produzida no Equador, que passou a ser a opção da Argentina. Por fim, vendavais e enchentes provocaram perdas expressivas de áreas plantadas no Litoral Sul e Vale do Ribeira do estado de São Paulo (Silva, 2008).

O mercado brasileiro passou a ser a opção para os produtores com a necessidade de haver uma readequação do sistema de produção e seus custos à nova realidade. Não houve, neste período, inovações capazes de promover a reação dos bananicultores, tornando-os dependentes de intermediários que, em sua maioria, determinavam os preços. A estagnação da bananicultura foi um fato, visto que era praticamente a única atividade agrícola desenvolvida, ou seja, monocultura.

No entanto, ao final desse período duas ações governamentais apontavam para que o modelo difusionista fosse superado e outras relações fossem estabelecidas entre agricultores e destes com o poder público. Foi aprovada a Lei Nº 2.402, de 26 de outubro de 1998 que criava o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Itanhaém e a Lei Nº 2.671, de 5 de julho de 2001, que autorizava o poder executivo a celebrar convênio com o governo do estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, com o objetivo de participação no Sistema Estadual Integrado de Agricultura e

³ Odil Vasquez. Produtor rural de Itanhaém. Entrevista realizada em 10/03/2021.

Abastecimento, que visava o fortalecimento dos serviços de assistência técnica e extensão rural.

3.4. Políticas Públicas e Organização dos Agricultores: uma outra economia (2005 – 2021)

O início desse período se inicia com a criação do Departamento de Agricultura. Caracteriza-se pela implementação de um conjunto de programas e projetos no município voltados, principalmente, para fortalecer a agricultura familiar e melhorar a segurança alimentar da população em situação de vulnerabilidade social.

3.4.1. Microbacias I e a Fundação da AMIBRA

Houve a disponibilização para a prefeitura de Itanhaém e agricultores a possibilidade de acessarem um programa denominado Microbacias I, elaborado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgão da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, e Banco Mundial, que previa financiamento de projetos coletivos para agricultores familiares, melhoria de estradas vicinais, educação ambiental para agricultores e alunos do município e apoio à organização rural. A sua concepção se fundamentava na adoção de procedimentos metodológicos de extensão que valorizavam a participação, apesar de o projeto, ele mesmo, ser um pacote administrativo que deveria ser adotado ou não, ou seja, de caráter difusionista.

O programa Microbacias I exigia que os agricultores deveriam estar organizados em uma associação ou cooperativa para acessar os recursos. Trata-se de uma ação vertical descendente, visto que as normas não tinham sido elaboradas com participação. Aceitava-se ou não. Em reunião dos agricultores com extensionistas da CATI, agricultores e representantes da prefeitura decidiu-se aceitar o projeto e foi a escolhida a Microbacia do Rio Branco por atender os critérios estabelecidos, como presença da agricultura com resultados insatisfatórios, desejo dos agricultores em participar e ser a microbacia com maior concentração de produtores (Pinto e Silva, 2021).

Nesse contexto emerge uma controvérsia. Havia os agricultores que afirmavam que associativismo não daria certo no local por não haver tradição e aqueles com a posição de que deveria ser tentado, pois a situação já estava difícil sem associativo. O programa exigia a elaboração de um plano participativo da microbacia. Em reuniões realizadas após às 18h em uma escola com a participação de extensionistas e agricultores, parte expressiva do documento foi elaborada e, posteriormente, o plano foi validado.

Após a realização de atividades sobre a importância e procedimentos para a criação de uma associação, foi fundada em 14/06/2007 a Associação dos Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica do Rio Branco (AMIBRA). A colocação dos diferentes atores sociais em relação com a criação de um quadro de interesse comum, foi realizada pelos extensionistas do governo estadual e prefeitura e uma liderança dos agricultores. Durante a elaboração do plano, mesmo antes da sua finalização, as primeiras necessidades apontadas foram apresentadas ao prefeito. Sobre os resultados iniciais do processo de construção de soluções coletivas, um agricultor entrevistado afirma:

Eu não acreditava no associativismo e falei para todos, mas segui a decisão daqueles que acreditavam. Após quinze dias de trabalho no plano a coleta de lixo tinha sido implantada no Rio Branco e o ônibus passou a funcionar em horário que permitia as pessoas irem à escola. Depois, foi fundada a AMIBRA.

A controvérsia foi de baixa intensidade e aqueles que resistiam aderiram à proposta da outra parte, que era participar do Microbacias I e, para isso, construir a associação. Os agricultores não acessaram os recursos do Microbacias I, visto que o programa estava no final, sendo a fundação da associação, que seria meio para acessar recursos, passou a ser fim, constituindo um fator determinante para os projetos que seriam implantados posteriormente, com a realização de traduções ou as apoiando. Para cada projeto era necessária uma rede sociotécnica para a sua viabilização, mas o núcleo dessas redes estava constituído pelos agentes da prefeitura e agricultores organizados na AMIBRA.

3.4.2. Banco de Alimentos, PAA e PNAE

O primeiro banco de alimentos a ser implantado no Brasil foi no início dos anos 1990 pelo SESC – Mesa Brasil. No setor público, a primeira iniciativa na América Latina foi em 1999, implementada pela Companhia Regional de Abastecimento Integrado de Santo André/SP. Em 2003, se tornou um programa do governo federal que repassava recursos para a implantação. Em Itanhaém, este equipamento foi inaugurado em novembro de 2007, sendo o 13º implantado no Brasil, e foi operacionalizado pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes até 2017, quando passou para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

A função do Banco de Alimentos de Alimentos é chave para a política de segurança alimentar e nutricional do município, pois arrecada alimentos provenientes de doações de

empresas, indústrias, supermercados e varejões. Após seleção, separação, higienização e embalagem são distribuídos gratuitamente à população em situação de vulnerabilidade social por meio de entidades cadastradas nos programas oficiais.

A partir de 2009, operacionaliza o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal. O recurso anual é destinado para compra e doação de produtos de 45 agricultores familiares, convencional e orgânico, oito pescadores artesanais e quatro indígenas. O valor aprovado para 2020 foi de R\$390.000,00. O valor máximo permitido por fornecedor por ano é de R\$6.500,00.

Em 2021, foi realizada a renovação cadastral de beneficiários do Banco de Alimentos. Foram realizadas na Secretaria de Saúde, Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e Secretaria de Desenvolvimento Econômico resultaram num cadastro atualizado, totalmente documentado com laudos médicos e de assistentes sociais, além de documentos pessoais, foto e endereço. Atualmente 25 entidades são atendidas, além de 200 famílias pelo cadastro interno, totalizando 1.200 famílias.

O Banco de Alimentos também operacionaliza os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar desde 2009. Atualmente participam 40 agricultores familiares. Os alimentos são ofertados para 18 mil alunos. A chamada pública do programa no município, destinado à agricultura familiar foi de R\$800 mil em 2021, sendo o valor máximo de R\$20 mil por agricultor por ano.

Por meio do PNAE, o milho Guarani foi introduzido nas escolas dos indígenas. Esse produto não passou pelo Banco de Alimentos, sendo distribuído diretamente. Esse projeto foi contemplado com o prêmio José de Castro, promovido pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

Neste ano, com mais recursos já aprovados do governo federal, R\$300 mil, o Banco de Alimentos será reformado.

3.4.3. A Feira da Agricultura Familiar

Em 2011, foi criada a Feira da Agricultura Familiar, que funciona no estacionamento da sede da prefeitura aos sábados das 7h às 14h. Trata-se de um projeto viabilizado pela parceria entre o então Ministério de Desenvolvimento Social e prefeitura. Participam integrantes de 23 unidades familiares de produção agrícola. Estima-se que 15.600 pessoas por ano frequentam a feira, com consumo de 46 toneladas. A receita bruta média dos produtores é de R\$5.400,00 mensais por barraca. Os produtos ofertados são frutas,

verduras e legumes frescos, banana, palmito, couve, maracujá, batata doce, inhame, chuchu, jiló, pimentas e abobrinhas. Além disso, há produtos que são elaborados a partir do conhecimento das famílias dos agricultores e as receitas disponibilizadas, como: brigadeiro e nhoque de banana, doce de leite fresco, compotas, bolo do coquinho do palmito pupunha e vinagrete de palmito. Em 2013, a prefeitura, em parceria com o governo federal e AMIBRA publicou o livro Feiras Gourmet, com receitas elaboradas pelos participantes da feira. Assim, trata-se mais do que um espaço de comercialização, mas também um local de encontros, de estabelecimento de relações entre produtores de alimentos e consumidores, que se tornam clientes.

Em 2020 foi estabelecido um termo de cooperação entre secretarias da prefeitura de Itanhaém Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com apoio do Departamento de Agricultura, e a Secretaria de Relações do Trabalho, por meio da Casa do Artesão, para que artesanatos locais pudessem ser comercializados no mesmo espaço da feira aos sábados, atraindo mais pessoas, fortalecendo a economia solidária e promovendo possibilidade de geração de trabalho e renda também para esse segmento.

Com o recurso disponibilizado por meio do convênio com a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, R\$40 mil, depositado no ano de 2021, será realizada a modernização da Feira da Agricultura Familiar com aquisição de 27 novas tendas sanfonadas.

3.4.4. Organismo de Controle Social Eng. Agr. Kanae Fujihira

Em 2016, foi implantada a Organismo de Controle Social (OCS) Eng. Agr. Kanae Fujihira. Trata-se de uma forma de organização entre agricultores familiares que permite a venda direta de produtos orgânicos ao consumidor, sendo proibida a comercialização para intermediários, atravessadores ou rede de supermercados. O próprio grupo é responsável de assegurar que um produto, processo ou serviço atenda aos regulamentos ou normas específicas a que foi submetido. Inicialmente foram oito agricultores familiares e, atualmente, são dez que produzem e comercializam banana, olerícolas e palmito.

O controle social sobre a produção e a comercialização dos produtos orgânicos do grupo se dá por meio de reuniões quadrimestrais entre os integrantes e extensionistas da prefeitura. Nestas oportunidades são feitos os estudos referentes à legislação referente à produção de orgânicos, técnicas de produção utilizadas e resultados.

Cada unidade de produção tem o seu Plano de Manejo Orgânico preenchido e atualizado anualmente ou quando há alterações significativas nas espécies plantadas,

aumento ou redução de áreas, atividades de manejo, incorporação de outras propriedades pelo mesmo dono e outros. Utiliza-se o Caderno de Plano de Manejo disponibilizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Para fins de comprovação da rastreabilidade da produção orgânica, cada produtor guarda por cinco anos os seus recibos de aquisição de sementes, mudas, insumos para o solo e equipamentos, assim como as notas fiscais de venda de produtos orgânicos às Prefeituras Municipais e, também, mantém um caderno de anotações com as quantidades vendidas em feiras ou cestas aos consumidores.

3.4.5. Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

O atual Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável foi elaborado e aprovada pelo CMDR em fevereiro de 2018 e homologado pelo prefeito, tendo diretrizes para guiar as ações do setor de agricultura no período de 2018 a 2022. Houve a participação de agricultores, indígenas e, integrantes da AMIBRA e extensionistas da prefeitura e governo estadual. Esse documento é uma referência para os programas, projetos e convênios.

3.4.6. Permissão do uso do Selo SIPAF e SIPAF Mulher

O Selo de Identificação de Produtos da Agricultura Familiar foi criado pelo governo federal para identificar os produtos da agricultura familiar. Atualmente se chama Selo Nacional da Agricultura Familiar. Em 2017 e 2018 foram realizados os I e II Encontro da Agricultura Familiar de Itanhaém. Foram distribuídas 54 permissões de uso do selo por agricultores familiares, mulheres e indígenas.

3.4.7. Projeto Microbacias II

O projeto Microbacias II foi desenvolvido no período de 2008 a 2019. Foi elaborado pela CATI e Banco Mundial. O objetivo era atender principalmente associações e cooperativas de agricultores familiares que apresentassem projetos de acesso ao mercado. Indígenas e quilombolas foram considerados a salvaguarda do projeto, ou seja, obrigatoriamente teriam que ser atendidos. Assim, com a participação de indígenas, extensionistas da prefeitura e do governo estadual, indigenistas da FUNAI e servidores administrativos, foi elaborado o plano de etnodesenvolvimento da aldeia Yakã Xiã Porã/Rio Branco, criada a Associação Indígena Mbya Guarani Piray Porã e definidos projetos comunitários fundamentados no plano. A aldeia foi contemplada com veículos utilitários para comercialização da produção, implementos agrícolas, instrumentos musicais e roupas

para apresentações culturais, móveis, equipamentos se informática, recursos audiovisuais para uso da associação e apoio à educação das crianças. O valor foi R\$185 mil. Em toda a Baixada Santista foram atendidas nove aldeias no valor de R\$1.440.350,00.

3.4.8. Ações Durante a Pandemia

A pandemia provocada pela Covid 19 provocou preocupações dos consumidores em frequentar a Feira da Agricultura Familiar, que não funcionou por apenas duas semanas. Para dar mais segurança para aqueles que desejavam comprar sem ir à feira, oito agricultores familiares montaram a Barraca Drive Thru e se revezavam na comercialização, sendo que apenas um a operava. Ao final do dia, havia a divisão do dinheiro arrecadado de acordo com os produtos comercializados. Essa iniciativa durou um ano e dois meses, momento em que os consumidores sentiram mais segurança de retornarem à feira.

Outra ação, foi a compra emergencial que a prefeitura fez dos agricultores familiares do município no valor R\$102 mil. Foram 37 toneladas distribuídas à população em vulnerabilidade social por sete meses.

3.4.9. Assistência e Extensão Rural para a Economia Solidária

Durante este período, agricultores e indígenas contaram com extensionistas que adotaram metodologias de trabalho variada de atendimento às necessidades e solicitações dos agricultores. Há participação em reuniões, visitas de orientação, excursões técnicas, cursos e ações para construção de redes sociotécnicas para a viabilização de projetos com a mobilização de outros extensionistas e pesquisadores e participação no Fórum de Economia Solidaria da Baixada Santista. Além disso, elaboram projetos e emitem a DAP, havendo 68 ativas. No Quadro1, segue a relação de atividades grupais de ATER realizadas em dez anos.

Quadro 1 - Atividades Grupais de Assistência Técnica e Extensão Rural Realizadas entre 2012 e 2021

Ano	Curso	Observação
2012	Agricultura Natural - Produção de Bokashi	Técnica utilizada para adubar culturas prevenindo pragas e doenças
2013	Curso Prático de Introdução à Agricultura Natural	Coleta de microorganismos na mata virgem para aumentar a atividade microbológica do solo

2013	Processamento da Mandioca	Diversificação de produtos. Para atender consumidores da Feira da Agricultura Familiar e PAA
2014	I Curso de Formação de Gestores de Políticas de Economia Solidária (Dois gestores de Itanhaém)	Promovido pela Câmara Temática de Agropecuária, Pesca e Aquicultura. Essa ação contribuiu para a criação do FESBS
2015	Curso de olericultura orgânica folhas e frutos	Promovido através do convênio com a CATI; prefeitura de Itanhaém para capacitação em agricultura orgânica
2015	Curso de implantação e manejo de palmito pupunha	Promovido através do convênio com a CATI; prefeitura de Itanhaém para na cultura da pupunha
2015	Curso de implantação e manejo em Bananicultura	Promovido através do convênio com a CATI; prefeitura de Itanhaém para atualização dos agricultores na cultura da banana
2016	Curso de olericultura orgânica	Promovido através do convênio com a CATI; PMI para capacitação em agricultura orgânica
2016	Excursão técnica a produtores orgânicos na região de Parelheiros, São Paulo/SP	Promovido através do convênio com a CATI; PMI para demonstrar aos agricultores áreas consolidadas no sistema orgânico
2017	Excursão técnica à Apta e Fazenda Coruputuba em Pindamonhangaba	Conhecimento da produção orgânica e plantas alimentícias não convencionais.
2017	Atualização em Piscicultura	Realizado em parceria com o Instituto de Pesca, CATIde, PMI divulgando resultados de pesquisa científica.
2017	I Encontro da Agricultura Familiar	Encontro promovido pela PMI com palestras e entrega da permissão do uso do selo SIPAF
2018	II Curso de Formação de Gestores de Políticas de Economia Solidária	Promovido pelo FESBS. Participaram, extensionistas e agricultores familiares de Itanhaém
2018	Ciclo de Palestras de ECOSOL e Turismo de Base Comunitária	Promovido pelo FESBS em parceria com o Departamento de Agricultura
2018	II Encontro da Agricultura Familiar	Encontro promovido pela PMI. Com palestras e entrega da permissão do uso do selo SIPAF
2019	Curso de gestão Integra Agro	Parceria da PMI com o SEBRAE em gestão da propriedade.
2019	Controle alternativo de pragas e doenças	Parceria da Prefeitura de Itanhaém com o SEBRAE para capacitar no sistema orgânico
2020	Encontro de Negócios Agricultores e comerciantes locais (hotelaria, alimentação)	Encerramento do curso de gestão em parceria com SEBRAE, ACAI, PMI e AMIBRA apresentando produtos da

		agricultura familiar
2020	Curso de implantação de hortas	Parceria da Prefeitura de Itanhaém com o SEBRAE para capacitar em técnicas de implantação de hortas e irrigação.
2021	Curso amostragem e análise se solo (análise e recomendação)	Parceria da PMI com o SEBRAE. Cada participante foi contemplado com uma análise e recomendação para sua área.
2021	Manejo e tratos culturais em olericultura	Parceria da Prefeitura de Itanhaém com o SEBRAE aos agricultores.
2021	Controle alternativo de pragas e doenças	Parceria da Prefeitura de Itanhaém com o SEBRAE no sistema orgânico
2021	Produtos agroindustriais e agregação de valor	Parceria da Prefeitura de Itanhaém com o SEBRAE para agregar valor aos produtos
2021	Cultivo em ambiente protegido e manejo em estufa	Parceria PMI com o SEBRAE estufa de 92m ² implantada e técnicas de cultivo ensinadas

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

3.4.10. A percepção dos agricultores familiares

Ao logo deste período observou-se que fazendas de banana foram compradas ou arrendadas para agricultores familiares. O cultivo de banana ainda é predominante, mas houve um processo de diversificação das culturas para atender o mercado local que foi construído pelo conjunto de programas e projetos governamentais que foram viabilizados por uma rede sociotécnica.

Os agricultores familiares entrevistados afirmam na sua totalidade que a atual dinâmica da agricultura proporciona maior cooperação entre eles, melhoria de renda, proximidade com os consumidores, que a entrega direta é ideal pelo fato de os intermediários pagarem pouco, escoamento da produção garantida, que a representação da AMIBRA é muito positiva, que aumentou a capacidade de investimento, que há apoio mútuo para resolução de problemas administrativos e técnicos. No entanto, afirmam que é preciso que os limites de recursos anuais do PAA e PNAE deveriam aumentados. Acreditam que poderia haver maior participação dos agricultores nas reuniões.

A percepção é que houve um aumento da autoestima de agricultores familiares, indígenas e servidores públicos municipais devido aos resultados alcançados e às premiações recebidas pelo município neste período, como: Prêmio Mario Covas (2014), Prefeito Empreendedor Sebrae (2016), Prêmio Josué de Castro (2017) e Prêmio Cidadania no Campo (2019).

4. Discussão sob a Ótica da Sociologia da Inovação

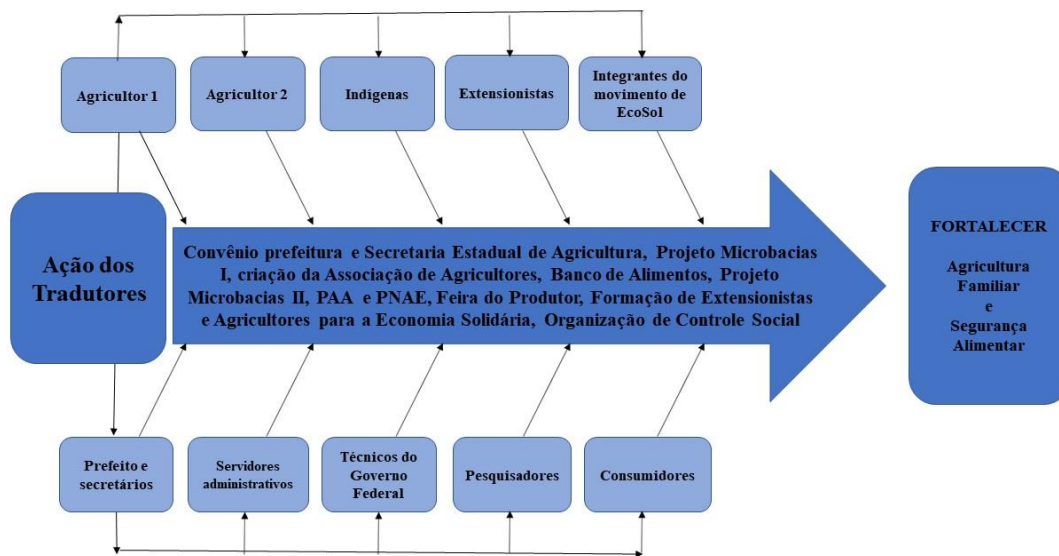
A dinâmica da agricultura no município é iniciada com a monocultura da banana, com impulsão pelo mercado de exportação, baseada em técnicas difundidas por extensionistas da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento e técnicos vinculados a empresas privadas. A cadeia produtiva existente que representava esse modelo não resistiu à crise econômica e se desmantelou.

Após longo período de estagnação observada no terceiro período da trajetória da agricultura em Itanhaém, o quarto período se caracteriza pela implementação de um conjunto de ações governamentais que viabilizaram os agricultores familiares do município. Os programas e projetos foram majoritariamente concebidos pelo governo federal, sendo que alguns pelo governo estadual, mas com uma característica comum: foram verticais descendentes, mas que exigiam a operacionalização da prefeitura em parceria com a organização dos produtores.

Esse fato gerou uma controvérsia, que antecedeu as inovações organizacionais e técnicas que emergiriam. Como não havia experiências de associativismo entre os agricultores devido às características dos períodos anteriores. Céticos se opuseram à ideia de criação da AMIBRA, mas acabaram aderindo à proposta pelo fato de não haver outra opção diante da exigência do Microbacias I.

Entre os atores sociais envolvidos na construção do núcleo da rede sociotécnica que viabilizaria os projetos, destacaram-se extensionistas e lideranças dos agricultores que atuaram como tradutores dos diferentes atores que integrariam as redes específicas de cada projeto. No entanto, é importante destacar que os tradutores participaram de todas as redes. Integravam uma espécie de núcleo que expressava credibilidade e comprometimento. As ações de tradução colocaram em relação profissionais do governo federal, os projetos que apresentavam, agricultores familiares, prefeito, secretários, servidores administrativos e militantes do Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista que apoiavam as iniciativas. Para o fortalecimento da agricultura familiar em Itanhaém com fundamentação da solidariedade em forma de reciprocidade foi necessário que todos os atores fizessem deslocamentos das suas posições iniciais em direção aos programas e projetos para integrá-los ou apoiá-los. A Figura 2 representa o deslocamento dos atores tendo os projetos como ponto de passagem obrigatório.

Figura 2 – Deslocamento dos atores para os Pontos de Passagem Obrigatórios



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Os porta-vozes dos governos federal, estadual e municipal nos processos de construção das redes sociotécnicas eram os profissionais que atuavam como extensionistas e com outras funções, mas engajados na operacionalização dos projetos. Eram eles que se colocavam em relação com lideranças dos agricultores familiares, notadamente o presidente da AMIBRA, para iniciarem as tratativas. O investimento de forma se expressa pelas ações necessárias para dar vida a cada projeto.

A rede sociotécnica tinha como intermediários, ou seja, o fator que as cimentava, as diversas reuniões para definir a operacionalização de cada projeto. A expansão da rede se deu com a inserção de indígenas de Itanhaém, agricultores e indígenas de outros municípios que passaram a participar de alguns projetos, profissionais de outros órgãos como o SEBRAE, a contratação de um profissional pela AMIBRA para realização de todas as atividades administrativas dos agricultores em cada projeto, o que lhes possibilita se dedicarem à produção, comercialização e reuniões da AMIBRA. Estas ocorrem com a participação dos extensionistas e outros integrantes do governo, quando se dão as prestações de contas e definição de ações. Essas reuniões oportunizam a transparência e a vigilância sobre a gestão dos projetos. As reuniões entre representantes de entidades assistenciais, gestores do Banco de Alimentos e integrantes de outras secretarias, também cumprem o mesmo papel.

A proximidade geográfica entre os agricultores e profissionais da prefeitura foi ativada, o que possibilitou a emergência da proximidade organizacional para a construção da rede sociotécnica que viabilizará o projeto. Observa-se que os agricultores familiares se deslocam das ações individuais para o coletivo com objetivo de terem a gestão dos meios de comercialização, como a feira, por exemplo, e organizarem grupos de compra, o que caracteriza um processo de transição solidária. Essas ações possibilitam que tenham maior rentabilidade nas suas atividades. No entanto, mais que isso, possibilita aprendizagem mútua. A rede sociotécnica, que porta os projetos de fortalecimento da agricultura familiar em Itanhaém, se caracteriza por apresentar grandezas mercantil, cívica e doméstica (Boltanski e Thévenot, 1991), o que garante maior durabilidade para as atividades em questão. Para esses autores, a grandeza cívica é caracterizada pelo interesse coletivo, que está acima do interesse particular. Há uma grande valorização dos direitos de cada um ou dos representantes legais. O associativismo e o cooperativismo são formas de organização que se enquadra nesse tipo de grandeza, assim como as relações estabelecidas para a definição de boas práticas agropecuárias para uma coletividade. A grandeza doméstica é caracterizada pela fidelidade das pessoas aos costumes, familiaridade, hierarquia e confiança. A grandeza comercial é o mundo dos interesses particulares, em que as pessoas estão em relação por ocasião dos negócios. A ligação social é fundamentada somente pelas trocas. Essa grandeza é caracterizada pelo concorrencial, pela captação de clientela, obtenção dos melhores preços e do máximo proveito das transações. A rede viabiliza a geração de trabalho e renda, funciona com engajamento para viabilização dos projetos coletivos e se valoriza as lideranças dos agricultores com seus saberes, dados pela experiência e credibilidade.

5. Conclusão

A ação governamental em interação com a organização dos agricultores familiares, indígenas e entidades assistenciais, possibilitou a criação de capital social que foi determinante para os resultados alcançados. A cada projeto, as relações de confiança e cooperação entre os atores sociais aumentaram. A rede sociotécnica de fortalecimento da agricultura familiar foi determinante para a construção de redes menores, específicas de cada projeto. A solidariedade em forma de reciprocidade entre os atores envolvidos, sejam eles do poder público, agricultores familiares, indígenas e entidades assistenciais cimentou as relações no seio da rede, fortalecendo as relações interpessoais e o compromisso com o coletivo.

A sociologia da inovação se mostrou um referencial teórico pertinente para ser utilizado com o objetivo de compreender os fatores determinantes pelo êxito ou fracasso dos projetos.

6. Bibliografia

AMBLARD, H. BERNOUX P.; HERREROS G.; LIVIAN Yf. **Les nouvelles approches sociologiques des organisations**. 2ª ed. Paris: Seuil. 2005. 244 p.

BEURET, J-E. **La conduite de la concertation: pour la gestion de l'environnement et le partage des ressources**. Paris: L'Harmattan, 2006. 340 p.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la justification. Les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991; 482 p.

CALDAS, A. **Itanhaém histórica**. São Paulo: Editora Daikoku. 2011. 160 p.

CALLON, M. Eléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc. **L'Anné Sociologique**. 1986. n 36. p. 169-208.

LATOURET, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: UNESP, 2000. 438p.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.**

PINTO, A.G.; SILVA, N.J.R. Projetos Microbacias I e II: associativismo, cooperativismo e recuperação ambiental na agricultura familiar e comunidades tradicionais de São Paulo. IN: CAMARGO, R.A.L.; BORSATTO, R.S. SOUZA-ESQUERDO, V. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas no Estado de São Paulo**. Campinas. 2021 (prelo)

PREFEITURA DE ITANHAÉM. Atlas Ambiental de Itanhaém. <http://www.itanhaem.sp.gov.br/atlasambiental/>. Acesso em 27/08/2021.

SÃO PAULO. Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária - LUPA. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. **Dados Consolidados Municipais 2016/2017**. Disponível em: [Portal LUPA - Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo \(cdrs.sp.gov.br\)](http://Portal LUPA - Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (cdrs.sp.gov.br)).

Acesso em: 01/09/ 2021.

SILVA, N.J.R. **Dinâmicas de desenvolvimento da piscicultura e políticas públicas: análise dos casos do Vale do Ribeira (SP) e do Alto Vale do Itajaí (SC)**. São Paulo: Editora UNESP. 2008. 240 p.